

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL**

**PROVA DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
PRIMEIRO - TENENTE DO QUADRO DE OFICIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS
MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ**

CÓDIGO DA PROVA

S01

ATENÇÃO

- DURAÇÃO DA PROVA: 3 horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ESTE CADERNO CONTÉM 100 (CEM) ITENS.
- VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM, CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

A prova objetiva será constituída de itens para julgamento, agrupados por comandos que deverão ser respeitados. O julgamento de cada item será CERTO ou ERRADO, de acordo com o comando a que se refere o item. Haverá, na Folha de Respostas, para cada item, dois campos de marcação: o campo designado com o código C, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue o item CERTO e o campo designado com o código E, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue o item ERRADO.

A Folha de Respostas será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento da Folha de Respostas e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição da Folha de Respostas, por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

A prova terá a duração de 3 (três) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de prova por, no mínimo, uma hora após o início das provas, e somente retirar-se do local de prova levando o caderno de provas no decurso dos últimos 15 (quinze) minutos.

Implicará na eliminação do candidato, caso, durante a realização das provas, qualquer equipamento eletrônico venha emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital no presente Caderno ou na Folha de Respostas, incorrerá na eliminação do candidato.

BOA PROVA!

----- (destaque aqui) -----

GABARITO RASCUNHO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, no cartão de respostas, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use o cartão de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

Sobre a Controladoria-Geral de Disciplina dos órgãos de segurança pública e sistema penitenciário do Estado do Ceará – CGD e seu dirigente maior, julgue os itens a seguir.

1. A CGD é um órgão externo de controle disciplinar, criado em 2011 por meio de emenda constitucional.
2. O Controlador-Geral de Disciplina tem por atribuição processar as sindicâncias e processos administrativos disciplinares civis e militares avocados e aplicar quaisquer penalidades, salvo as de demissão.

Acerca da Investigação Preliminar, julgue os itens subsequentes.

3. Trata-se de fase processual, obrigatória e que deve respeitar a ampla defesa.
4. Ela se inicia por meio de uma denúncia, são ouvidas testemunhas e coletadas informações de instituições parceiras, são realizadas outras diligências necessárias, sendo então elaborado um relatório opinativo, dirigido ao Controlador-Geral de Disciplina, pela instauração de processo administrativo ou pelo arquivamento da denúncia.

Tendo em vista a Sindicância, julgue os seguintes itens.

5. O interrogatório é a fase que permite o suposto infrator esboçar a sua versão dos fatos e, caso deseje, apresentar sua autodefesa, sendo de regra um ato público, personalíssimo e com predominância da oralidade.
6. É cabível a medida cautelar de afastamento preventivo do servidor quando necessário à instrução regular da sindicância.

Sobre os símbolos e tradições do Corpo de Bombeiros, julgue os itens que se seguem.

7. O Patrono dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil é Marechal Floriano Peixoto, participante ativo do movimento de Proclamação da República.
8. O 2º Tenente Francisco das Chagas Nogueira Caminha foi o primeiro Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará.

Considerando o Estatuto dos Militares Estaduais do Ceará (EMECE), julgue os itens subsequentes.

9. O Sistema de Segurança Pública Cearense é formado por três instituições militares, a saber o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar e a Polícia Civil.
10. O militar da reserva remunerada recebe remuneração e fica ainda sujeito à prestação de serviço na ativa, mediante convocação (ex officio) ou designação (voluntário).
11. O militar reformado recebe remuneração, mas está dispensado definitivamente da prestação de serviço na ativa.
12. O Estatuto é aplicável aos militares inativos.
13. A carreira de Oficial é composta de vários quadros, sendo que no Corpo de Bombeiros Militar do Ceará temos o Quadro de Oficiais Bombeiros Militares – QOBM, o Quadro de Oficiais Complementar Bombeiro Militar – QOCBM e o Quadro de Oficiais de Administração – QOABM, sendo vedada a mudança de quadro, salvo no caso de aprovação em novo concurso público.

Ainda segundo o Estatuto dos Militares Estaduais do Ceará (EMECE), julgue os itens a seguir.

14. A transferência para a reserva remunerada, a reforma e a exoneração a pedido são exemplos de formas de desligamento do serviço ativo de Corporação Militar Estadual.
15. A licença à gestante será de 120 (cento e vinte) dias, ao passo que a licença paternidade terá duração de 5 (cinco) dias, não cabendo licença adotante.
16. Conforme a escala hierárquica, o Primeiro-Tenente é Oficial Intermediário.
17. Ao militar estadual é permitido sindicalizar-se, porém é proibido entrar em greve.

Acerca dos dispositivos previstos no Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, julgue os próximos itens.

18. Ao militar do Estado em serviço ativo é vedado exercer atividade de segurança particular, comércio ou tomar parte da administração ou gerência de sociedade empresária ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista, cotista ou comanditário.
19. O Código se aplica tanto aos militares estaduais da ativa, como aos militares estaduais reformados e aos magistrados da Justiça Militar.
20. SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Superior hierárquico presencia o cometimento de uma transgressão disciplinar por seu subordinado, deixando de atuar para fazê-la cessar imediatamente. ASSERTIVA: Embora a transgressão disciplinar seja de regra ato individual e personalizado, no caso hipotético apresentado o superior hierárquico responderá solidariamente, na esfera administrativo-disciplinar, incorrendo nas mesmas sanções da transgressão praticada por seu subordinado.
21. SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Bombeiro militar estadual comete falta de natureza média, sendo-lhe aplicadas, de forma escrita, as penas de advertência e repreensão. ASSERTIVA: Nesse caso a punição é válida, devendo o militar responder em sindicância.
22. A permanência disciplinar é a sanção em que o transgressor ficará na OPM ou OBM, sem estar circunscrito a determinado compartimento, devendo comparecer a todos os atos de instrução e serviço, internos e externos.

23. Ao Oficial que for condenado a pena de perda da função pública, por sentença passada em julgado, será aplicada demissão.

Com relação ao Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas (RCONT) R-2, julgue os itens subsequentes.

24. Todo militar, em decorrência de sua condição, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas, estabelecidos em toda a legislação militar, deve tratar com respeito e consideração os seus superiores hierárquicos, como tributo à autoridade de que se acham investidos por lei, bem como devem tratar seus pares com afeição e camaradagem e seus subordinados com bondade, dignidade e urbanidade.
25. A Bandeira Nacional poderá ser hasteada à noite, devendo, contudo, ser mantida a meio mastro; poderá também ser hasteada nos dias de Luto Nacional e no dia de Finados, neste último caso devendo receber iluminação especial como homenagem.
26. Preito da Tropa são Honras Militares de grande realce, prestadas diretamente pela tropa e exteriorizadas por meio de Honras de Gala e Honras Fúnebres.
27. O Cerimonial Militar tem por objetivo dar a maior solenidade possível a determinados atos na vida militar ou nacional, cuja alta significação convém ser ressaltada.

No que diz respeito ao Regulamento Interno e aos Serviços Gerais (RISG), julgue os próximos itens.

28. A instrução, como objeto principal da vida da unidade, desenvolve-se nas fases mais importantes da jornada, não devendo ser prejudicada pelos demais trabalhos, serviços normais ou extraordinários, salvo o serviço de justiça e as atividades decorrentes das situações anormais.
29. A guarda do quartel é normalmente comandada por um Oficial e constituída por Terceiros-Sargentos e Cabos, necessários ao serviço de sentinelas.
30. O cerimonial prescrito para a substituição das guardas é o mesmo previsto para a substituição das sentinelas.

31. A Guarda da Subunidade é constituída pelo Cabo de Dia, que é o seu Comandante, e pelos soldados plantões, restringindo-se o serviço às dependências da Subunidade acessíveis às praças.

Considerando as atribuições do Oficial-de-Dia, julgue os itens a seguir.

32. Como representante do Comandante da Unidade, o Oficial-de-Dia tem por atribuição estar inteiramente familiarizado com os planos de segurança do aquartelamento, de combate a incêndio, de chamada e os sinais de alarme correspondentes, para fins de execução ou treinamento.
33. É de sua atribuição assistir ao recebimento de todo o material que entre no quartel fora das horas de expediente, fazendo constar da parte diária e, a qualquer hora, à distribuição de víveres e forragem.

Sobre a Escala de Serviço, julgue os próximos itens.

34. A escala de serviço é a relação dos serviços que devem ser executados com prioridade dentro de uma organização militar, criando-se uma ordem, desde os mais importantes, até os ordinários.
35. Durante o período de gravidez e até que a criança atinja a idade de seis meses, a militar não concorre aos serviços de escala.

Considerando o Plantão, julgue os itens seguintes.

36. Os plantões são substituídos, ordinariamente, às mesmas horas que as sentinelas da guarda do quartel.
37. Os plantões não precisam fazer a limpeza do alojamento ou das dependências da guarda, já que essa tarefa cabe à empresa contratada pelo Oficial-de-Dia por meio de licitação na modalidade pregão no início de toda semana.

Acerca da Estrutura da unidade militar, julgue os itens que se seguem.

38. O comando é função do grau hierárquico, da qualificação e das habilitações, constituindo uma prerrogativa impessoal com atribuições e deveres.
39. O P1 é o chefe da 1ª seção do EM/U, responsável pelas atividades relativas à Inteligência e à Contra-Inteligência.
40. O P2 é o chefe da 2ª seção do EM/U, responsável pelas atividades relativas à instrução e às operações.

Sobre o assédio moral, julgue os itens seguintes.

41. A prática de condutas como receber instruções imprecisas para a execução do trabalho, sobrecarga de tarefas e restrições quanto ao uso do banheiro, podem configurar assédio moral.
42. O assédio moral ocorre apenas entre o superior e o seu subordinado, na modalidade vertical-ascendente.

Sobre a gestão de pessoas nas organizações, julgue os itens subsequentes.

43. O estilo de liderança liberal ou laissez-faire é aquele em que o líder exhibe um verdadeiro interesse pelo aumento da performance dos seus subordinados, acompanhando a evolução de cada um, incentivando-os e dando “feedbacks” constantes para manter as pessoas motivadas e alinhadas em suas atividades.
44. As pessoas esperam das organizações, por exemplo, um excelente lugar para trabalhar, oportunidade de crescimento e participação nas decisões.
45. Enquanto a Teoria Clássica da Administração trata a organização como máquina, inspira-se em sistemas de engenharia e possui acentuada divisão do trabalho, a Teoria das Relações Humanas trata a organização como grupos de pessoas, inspira-se em sistemas de psicologia e dá ênfase nas relações entre as pessoas.
46. O militar Oficial tem a função de administrar, de gerir uma equipe (a tropa), devendo desenvolver habilidades essenciais de gestão para obter um bom trabalho, as quais podem ser agrupadas, segundo Roberto Katz, como habilidades conceituais, humanas e técnicas.

Considerando o Sistema de Segurança Pública no Brasil, julgue os próximos itens.

47. A Polícia Militar é responsável pelo policiamento ostensivo, enquanto a Polícia Civil tem atividade de polícia judiciária, sendo ambas as instituições integrantes da esfera do governo estadual.
48. Após a Constituição Federal de 1988 os Corpos de Bombeiros de todo o Brasil passaram a ser instituições autônomas, distintas das Polícias Militares, devendo cada instituição optar pelo regime de formação do seu corpo de servidores: militar ou civil.

Sobre a Segurança Pública no Estado do Ceará, julgue os itens seguintes.

49. Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará – SSPDS, é o órgão criado no âmbito do Poder Executivo estadual e que hoje integra e coordena as atividades de segurança pública no Ceará, sendo vinculado operacionalmente a ela o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará.
50. O Corpo de Bombeiros Militar do Ceará atua em todo o estado por meio de Grupamentos de Bombeiros (GB), os quais são divididos em Departamentos de Bombeiros (DB), sendo que na capital existem 2 GBs com 8 DBs, os Núcleos de Busca e Salvamento e Resgate Pré-hospitalar e o Colégio Militar, enquanto no interior há 9 GBs com 15 DBs.

Sobre Políticas Nacionais de Segurança Pública, julgue os itens a seguir.

51. O Plano Nacional de Segurança Pública – PNSP, primeira política do governo federal voltada para o enfrentamento da violência no país, elaborou medidas e compromissos com o fim de implementar as políticas de segurança pública no país, sendo exemplo dessas medidas o Desarmamento e Controle de Armas e a Intensificação das Ações do Programa Nacional de Direitos Humanos.
52. A Força Nacional de Segurança Pública – FNSP é formada a partir da adesão compulsória das polícias civil e militar dos estados, reunidas em âmbito nacional, podendo ser empregada em qualquer parte do território nacional, mediante solicitação expressa do respectivo Governador de Estado, sendo que ao ingressarem na Força Nacional os servidores policiais deixam de integrar o quadro funcional de seus respectivos órgãos, tornando-se servidores públicos federais.

Tendo em vista a previsão constitucional dos órgãos de segurança pública, julgue os itens subsequentes.

53. Aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
54. Os Corpos de Bombeiros Militares são forças auxiliares e reserva do Exército, subordinando-se, juntamente com as Polícias Civil e Militar, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Ezefrônio impetrou habeas corpus em favor de seu amigo Caranquo, militar estadual investigado em inquérito policial militar por suposta prática de crime militar, sabendo que havia um mandado de prisão preventiva em aberto contra Caranquo. A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

55. A ordem buscada pela ação constitucional proposta por Ezefrônio deve ser denegada, visto que ele não possui habilitação na Ordem dos Advogados do Brasil.
56. O *habeas corpus* é inviável no caso, pois Caranquo ainda não sofreu coação ilegal em sua liberdade de locomoção, uma vez que o mandado de prisão ainda não foi cumprido.

Sobre poder constituinte e organização dos poderes, julgue os próximos itens.

57. O Poder Constituinte derivado estabelece a Constituição de um novo Estado, organizando-o e criando os poderes destinados a reger os interesses de uma sociedade, rompendo por completo com a ordem jurídica precedente.
58. O Poder Executivo é exercido, no âmbito da União, pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado, porém ele está presente nos Estados-Membros – exercido pelo Governador – e nos Municípios – exercido pelos Prefeitos, para um mandato de 04 anos podendo ser reconduzidos através de uma reeleição para um único período subsequente.

Acerca das fontes do direito penal militar, julgue os próximos itens.

59. Segundo uma nova concepção sobre as fontes do direito, não só a lei passou a ser considerada fonte formal imediata, mas também passou-se a englobar a Constituição Federal, os tratados internacionais, as jurisprudências, os princípios e até mesmo os atos administrativos.
60. Embora seja uma característica da jurisprudência a falta de caráter vinculante, atualmente existe a súmula vinculante, que, aprovada por 2/3 dos membros do STF, obriga os demais órgãos do Judiciário e a Administração Pública a obedecerem o disposto no seu enunciado.

Tendo em vista os princípios aplicados ao direito penal militar, julgue os itens seguintes.

61. SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Um militar estadual é condenado pelo crime de furto de uso em 2017. Em 2018, advém uma lei que revoga esse tipo penal. ASSERTIVA: nesse caso, pelo princípio da abolitio criminis, o fato deixa de ser crime militar, ou seja, haverá a descriminalização da conduta, devendo ser o processo anulado.
62. A norma penal em branco é classificada como heterogênea quando, para completa interpretação do preceito primário da norma penal incriminadora, o intérprete depende de um ato normativo diverso da lei, como portarias, decretos e resoluções, dando sentido completo ao conteúdo da norma.

Sobre ação penal militar, excludentes de ilicitude e penas, julgue os itens subsequentes.

63. São condições da ação penal militar a possibilidade jurídica do pedido, o interesse de agir e a legitimidade das partes.
64. Entende-se em estado de necessidade quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
65. As penas de morte, reclusão e perda do posto ou patente são penas principais.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

66. Cinco militares estaduais se reuniram assentindo em recusa conjunta de obediência, em comum, contra superior, utilizando-se de armas. Nessa situação, os militares respondem por crime de Revolta.
67. O militar estadual X recebe para si, diretamente, no exercício de sua função e em razão dela, vantagem indevida consistente no valor de cinco mil reais para absolver um colega de farda no bojo de um inquérito policial militar. Nesse caso, X responderá pelo crime de peculato.
68. O militar estadual Y decide subtrair para si o carro de uma pessoa na rua. Se ninguém vir a ação, responde por furto; se há emprego de violência contra o motorista, presente no momento da ação criminosa, comete delito de roubo; e se acaba matando esse motorista dolosamente para conseguir subtrair o carro, responde por latrocínio.
69. O militar estadual W ausentou-se, sem licença, da unidade em que serve, por mais de oito dias. Isso significa que ele praticou crime contra o serviço e o dever militar, tipificado no Código Penal Militar com o nome de "Deserção".
70. Mévio desafiou Tício, ambos militares, para um duelo, embora o duelo não tenha se realizado. Nesse caso, há prática do crime de Desafio para duelo (art. 224 CPM) e, segundo entendimento pacificado do Superior Tribunal Militar (STM), para se configurar esse crime é imprescindível que o autor, de forma direta e consciente, e por meio de palavra, proponha o duelo, o qual se caracteriza pelo emprego de arma.

No que se refere aos Princípios da Administração, julgue os itens subsecutivos.

71. O Princípio da supremacia do interesse público é um princípio expresso na Constituição Federal e significa que a Administração não pode, no exercício da atividade administrativa, atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é o interesse público seu elemento norteador.
72. O Princípio da motivação determina que a Administração é obrigada a indicar os fundamentos fáticos e de direito de suas decisões, de modo a permitir o controle dos atos administrativos.

Com relação aos Atos Administrativos julgue os próximos itens.

73. São requisitos do ato administrativo competência, forma, finalidade, motivo e objeto.
74. Uma forma de invalidação do ato administrativo nulo é pela revogação, a qual pode ser realizada pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, possuindo efeito *ex tunc* (não retroage à origem).

Julgue os itens seguintes, acerca do Processo Administrativo.

75. Instauração, instrução, defesa, relatório e decisão são fases válidas de um processo administrativo.
76. O Processo Administrativo Disciplinar (PAD) processa e julga transgressões graves cometidas por Praças com menos de 10 (dez) anos na Corporação, e ainda emite juízo de valor sobre a incapacidade moral de permanecer na Corporação, podendo resultar em sanção exclusória.

Com base no texto abaixo, julgue os itens subsequentes.

Defesa Civil pede atenção para riscos com chuvas

Por Alex Pimentel - Colaborador, 00:00 / 10 de Fevereiro de 2018

A atenção se volta para as regiões onde forem registradas mais chuvas e áreas muito povoadas, próximas de rios.

Quixadá. Após seis anos de estiagem, focada quase exclusivamente no abastecimento de água para comunidades e cidades do Interior, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Ceará (Cedec) se prepara para um novo desafio, as possíveis inundações provocadas pelas águas da quadra chuvosa, se estendendo de fevereiro a maio.

[...]

Historicamente, as secas são os desastres mais recorrentes no Ceará, sendo registrados em quase todos os anos, especialmente no Sertão Central e Sertão dos Inhamuns. Esse quadro ainda persiste, e, em razão dele, a Cedec mantém o planejamento de ações voltadas para a manutenção do abastecimento d'água da população em 2018, explica o coordenador estadual de Defesa Civil, coronel bombeiro militar Cleiton Bastos Bezerra.

Prognóstico

Todavia, também considera o prognóstico climático para o período de fevereiro a abril, divulgado pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) no dia 22 de janeiro, indicando haver maior probabilidade (40%) para chuvas superiores à média histórica e em torno da normalidade (35%). Neste sentido, há preocupação com os desastres relacionados ao excesso de chuvas, tais como inundações e enxurradas, especialmente nas áreas ao longo dos principais rios do Estado: Acaraú, Banabuiú, Jaguaribe e Salgado.

Outra preocupação está relacionada ao rompimento de barragens. Conforme seu coordenador, a Defesa Civil Estadual recomendou a todas

as prefeituras, ainda no fim do ano passado, por meio da Defesa Civil dos municípios e órgãos afins, a avaliação dos reservatórios quanto às condições de segurança.

[...]

No ano passado, no dia 17 de março, o rompimento de uma barragem, do Açude dos Montes, em Assaré, na região do Cariri, alagou várias ruas da cidade. Três bairros foram afetados. A água chegou a uma altura de um metro dentro de uma boa quantidade de imóveis. Veículos foram arrastados pela correnteza. A precipitação naquele dia, segundo a Funceme, foi de 80mm.

Muitos moradores [...] ao perceberem o rompimento da barragem, saíram correndo das suas casas. Alguns conseguiram retirar às pressas, documentos e objetos de maior valor. Outros, apanharam os eletrodomésticos quando a enxurrada parou. Ninguém se preocupou com um perigo fatal numa situação como essa, uma descarga elétrica. Nesses casos é recomendado o desligamento da rede pública.

[...]

Texto acessado no site do “Diário do Nordeste” em 14 de outubro de 2018.
<<http://diarionordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/defesa-civil-pede-atencao-para-riscos-com-chuvas-1.1892771>>

77. A palavra “*alguns*” no trecho “*Alguns conseguiram retirar às pressas...*”, no último parágrafo do texto, refere-se a “documentos e objetos de maior valor”.
78. O emprego da crase no trecho “*...chuvas superiores à média histórica...*”, no terceiro parágrafo, está correto porque “ser superior” exige a preposição “a” (ser superior a algo ou a alguém), e pelo fato de “média” ser uma palavra feminina, que admite o artigo “a”, formando-se a fusão típica da crase.
79. A grafia da palavra “eletrodomésticos” está equivocada, visto que, segundo o Novo Acordo Ortográfico, que introduziu mudanças nas regras de acentuação, assim como em “assembleia” e “heroico”, não se usa mais o acento agudo nos ditongos abertos das palavras paroxítonas.
80. No trecho “*a Cedec mantém o planejamento de ações*”, o acento na palavra “mantém” se justifica porque, apesar das mudanças nas regras de acentuação trazidas pelo Novo Acordo Ortográfico, permaneceram os acentos que diferenciam o singular do plural no verbo “manter”.
81. Dentre as figuras da linguagem, o texto em questão é exemplo da função referencial ou denotativa.

Com relação à redação oficial, julgue o item seguinte.

82. São exemplos de Documentos Oficiais os ofícios, partes e relatórios.

Acerca de aspectos diversos relacionados a violência, conflitos sociais, vítima e vitimização, julgue os itens subsecutivos.

83. Segundo Mendelsohn, fundador da Criminologia, as vítimas classificam-se em três grupos principais: vítima órfã, vítima provocativa e vítima debilitada.

84. A vítima não provocadora normalmente é alguém sem vínculos antecedentes com o criminoso, ou alguém escolhido de forma meramente aleatória.

85. Violência simbólica é aquela que, embora seja praticada por meio de agressão física, não deixa marcas no corpo da vítima.

86. No conflito falso ocorre um conflito, porém não há base para ele, indicando uma má percepção ou má compreensão da situação.

87. Na violência sexual a vítima pode deixar de denunciar o agressor ou ainda se sentir culpada pelo ato sofrido.

88. Apesar de toda competição produzir um conflito, nem todo conflito reflete uma competição.

Com relação a saúde e segurança aplicada ao trabalho, julgue os próximos itens.

89. O trabalho em equipe bem-sucedido pressupõe a divisão de tarefas, economia de energia e a prioridade de alcançar as metas estabelecidas.

90. Entende-se por “feedback” a ferramenta de comunicação entre os membros de uma equipe de trabalho e seu líder, sendo que aqueles recebem apenas informações positivas sobre seu líder e este lhes entrega críticas e depreciação, afastado da ética profissional.

91. Conhecidos por EPIs, os Equipamentos de Proteção Individual, no caso dos bombeiros por exemplo o fato (casaco e calça), capacete e cógula (máscara de tecido), são destinados à proteção contra riscos capazes de ameaçar a segurança e a saúde do profissional, porém pode implicar um acréscimo de carga a transportar considerável, com destaque para o calçado, roupa e equipamentos de proteção respiratória, realçando-se o respectivo impacto em nível de gasto calórico e consumo de oxigênio.

92. O atendimento pré-hospitalar, que é voltado exclusivamente ao trauma (as demais emergências médicas são atendidas pelo SAMU), é atualmente uma das principais atividades do Corpo de Bombeiros.

93. SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Um bombeiro foi exposto a temperaturas elevadas em nível ambiental e seu EPI, pesado e oclusivo, potencializou desconforto térmico e desidratação. ASSERTIVA: Nessa situação, recomenda-se impedir a transpiração e ingerir cafeína.

94. SITUAÇÃO HIPOTÉTICA: Houve perda auditiva no ouvido esquerdo de um bombeiro militar, associada à exposição prolongada a ruídos, que danificou o ouvido interno. ASSERTIVA: Neste caso, a patologia não tem tratamento, embora possa ser prevenida através da diminuição do ruído, por exemplo, com técnicas de engenharia.

Sobre mecanismos de resolução de conflitos, alternativas, formas de expressão e modelos, julgue os itens a seguir.

95. A arbitragem, apesar de tratada sempre no rol dos atualmente denominados mecanismos adequados de resolução, não é propriamente consensual, já que, ao final do processamento do feito, será extraída uma decisão que também é nominada de sentença, com efeito de título executivo judicial.

96. O mecanismo consensual ou alternativo denominado de conciliação ocorre no âmbito de diversos conflitos, caracterizando-se basicamente pela inexistência de um terceiro, sendo que o conflito é resolvido pelas próprias partes envolvidas.

97. A conciliação pode ser realizada extrajudicialmente.

98. Liberdade das partes, não-competitividade e participação de terceiro imparcial são alguns dos princípios da mediação de conflitos.

99. Segundo o Modelo Tradicional-Linear (Harvard), a mediação do conflito busca chegar a um acordo satisfatório para as partes.

100. Na Justiça Restaurativa há a infração de uma norma, sendo protagonistas o Infrator e o Estado, em um procedimento adversarial.